

## Detalhe de Oferta de Emprego

### Caracterização da Oferta

**Código da Oferta:** OE202309/1153

**Tipo Oferta:** Mobilidade Interna

**Estado:** Ativa

**Nível Orgânico:** Ministério da Agricultura e da Alimentação

**Orgão / Serviço:** Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I.P.

**Regime:** Carreiras Gerais

**Carreira:** Técnico Superior

**Categoria:** Técnico Superior

**Grau de Complexidade:** 3

**Remuneração:** A correspondente à posição detida, com limite da 4.<sup>a</sup> posição

**Suplemento Mensal:** 0.00 EUR

Mobilidade interna na categoria para recrutamento de Técnico Superior para a área da Contratação Pública/Aprovisionamento da Direção de Serviços Administrativos e Financeiros do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I.P., cujas competências se encontram descritas no artigo 4.º da Portaria n.º 151/2013, de 16 de abril, para exercer funções com elevado grau de complexidade técnica na área da contratação pública, exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, designadamente:

### Caracterização do Posto de Trabalho:

- a) Assegurar o processo de aquisição de bens e serviços enquadrados, no âmbito do Código dos Contratos Públicos, para o IVDP, IP;
- b) Garantir o desenvolvimento dos procedimentos necessários à aquisição de bens e serviços, consulta do mercado para obtenção de orçamentos, elaboração de informação/proposta para decisão de contratação e autorização da realização da despesa, pedido de cabimento prévio;
- c) Assegurar a elaboração de peças processuais correspondentes (convite e caderno de encargos), bem como toda a tramitação, incluindo notificações e diligenciar a formação do contrato;
- d) Garantir e apoiar os procedimentos necessários ao pedido de parecer prévio à Agência para a Modernização Administrativa (AMA) nos procedimentos de aquisição de bens e serviços que o exigem;
- e) Garantir e apoiar a inserção de procedimentos de aquisição na plataforma eletrónica de compras, incluindo os documentos necessários à instrução dos processos;
- f) Assegurar a publicitação, no Portal dos Contratos Públicos, BASE, dos elementos referentes à formação e execução dos contratos públicos;
- g) Assegurar e monitorizar o acompanhamento da execução dos contratos de aquisição de bens e serviços, gestor de contrato;
- h) Participar em júris de procedimentos de aquisição de bens e serviços;
- i) Apoiar e orientar na elaboração de ofícios de ordem vária;
- j) Acompanhar, em termos económico-financeiros, os projetos e procedimentos cofinanciados, articulando-os com o Orçamento do IVDP, IP na vertente investimento;
- l) Acompanhar, em termos económico-financeiros, todos os procedimentos realizados com a Unidade de Compras do Ministério da Agricultura e Alimentação, articulando-os com o Orçamento do IVDP, IP;
- m) Registrar e acompanhar a execução de todos os procedimentos plurianuais, manutenção da informação na plataforma SIGO.

### Requisitos de Admissão

**Relação Jurídica:** CTFP por tempo indeterminado

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;

**Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:** c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;  
d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;  
e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação Literária:** Licenciatura preferencial nas áreas do direito, gestão ou afim.

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Direito, Ciências Sociais e Serviços	Direito	Direito

### Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I.P. - Delegação do Porto	1	Rua Ferreira Borges, n.º 27	Porto	4050253 PORTO	Porto	Porto

**Total Postos de Trabalho: 1**

### Nº de Vagas/ Alterações

### Formação Profissional

**Outros Requisitos:** a) Experiência profissional, de pelo menos 3 anos, na instrução e acompanhamento de procedimentos de contratação pública com a elaboração das peças do procedimento (ex: convite e cadernos de encargo);  
b) Experiência profissional, de pelo menos 3 anos, na aplicação das regras de publicitação dos concursos públicos, desde a abertura, atos subsequentes até à adjudicação, bem como gerir e acompanhar a execução do contrato;  
c) Experiência profissional, de pelo menos 3 anos, na elaboração de informações/ relatórios de avaliação de propostas, no âmbito de procedimentos de contratação de bens e serviços;  
d) Domínio na utilização das plataformas de contratação pública eletrónica para o registo referentes à formação e execução de contratos públicos;  
e) Domínio na utilização da plataforma da EspAP – GerFip;  
f) Domínio dos princípios orientadores do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e do Parque de Veículos do Estado (PVE);  
g) Domínio na utilização das normas aplicáveis à gestão patrimonial (cadastro e Inventário de Bens do estado) - Identificar os bens e proceder ao seu cadastro respeitando as normas legais;  
h) Conhecimento sobre a identificação, compreensão e aplicação das normas legais de proteção de dados pessoais;  
i) Informática na ótica do utilizador, (Ferramentas de produtividade como processamento de texto, domínio da folha de cálculo, correio eletrónico, bases de dados, intranet e internet);  
j) Elevada capacidade de organização e planeamento para executar com sucesso tarefas e solicitações múltiplas, com escrupuloso cumprimento de prazos e no estrito cumprimento da legalidade e regularidade financeira.

### Formalização das Candidaturas

**Envio de Candidaturas para:** rh@ivdp.pt

**Contacto:** 222 071 600 – extensão 222

**Data Publicitação:** 2023-09-29

**Data Limite:** 2023-10-16

### Texto Publicado

---

**Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:** Não.

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** Mobilidade interna na categoria autorizada por deliberação do Conselho Diretivo do IVDP, IP de 22/09/2023.

### Observações

---

A candidatura deve ser formalizada mediante requerimento dirigido ao Presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I.P., podendo ser entregue pessoalmente nas instalações do IVDP na morada identificada no local de trabalho, durante o horário de atendimento (9h30 - 12h30; 14h - 17h); ou remetida por correio, registado com aviso de receção, para o mesmo endereço; ou ainda remetida por correio eletrónico para rh@ivdp.pt até ao termo do prazo fixado.

A candidatura deve ser claramente identificada com a menção "Recrutamento por mobilidade – Técnico superior para a DSAF".

Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do candidato – nome, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número do cartão de cidadão/bilhete de identidade, contribuinte fiscal, telefone de contato, residência, código postal e endereço para o qual deverá ser remetida qualquer correspondência relativa ao procedimento (caso seja diferente da relativa à residência);

- Habilitações literárias;

- Carreira e categoria detida, organismo a cujo mapa de pessoal pertence, com indicação da unidade orgânica de afetação e, ainda, organismo onde exerce funções, e natureza do vínculo à Administração Pública.

O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Currículo profissional detalhado, datado e assinado;

b) Declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, da qual conste a relação jurídica de emprego público, a categoria detida e respetiva posição remuneratória, o tempo de serviço na carreira e em funções públicas;

c) Declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, da qual conste a identificação das funções desempenhadas e da respetiva experiência profissional e,

d) Fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias.

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise do currículo profissional, complementada, quando se justifique, com entrevista, sendo apenas convocados os candidatos selecionados e que preenchem os requisitos de admissão.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.